

O ESTADO E A REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM ITIQUIRA/MT

State and Market-Led Land Reform in Production of Space on Family Agriculture in Itiquira-MT

Hemily Sued Alves Costa*

Resumo: A reestruturação fundiária é uma das ações estratégicas da Reforma Agrária no Brasil. Entretanto, a política voltada ao campo tem falhado, gerando disputas de interesse como se pode apreender na constituição e organização dos assentamentos e associações dos camponeses de Itiquira/MT. Onde se constata a formação de assentamentos e cooperativas por meio da interferência do Estado com a intenção de favorecer, pela compra da terra, proprietários que não obtinham uma renda direta da terra com o agravante da falta de uma base produtiva, fator responsável pelas muitas evasões e fechamentos de cooperativas.

Palavras-chave: Reforma Agrária; Modelo de Reforma Agrária de Mercado; Itiquira-MT; Agricultura Familiar.

Abstract: Land restructuring is one of the strategic actions of Land Reform in Brazil. However, field policy has failed, creating disputes of interest. This perspective can be understood in the constitution and organization of settlements and associations of peasants of Itiquira/MT. What is seen in Itiquira is the formation of settlements and cooperatives through the interference of the State with the intention of favoring, by purchasing land, landowners who did not receive a direct income from the land. There is also an aggravation of the lack of a productive base, which is responsible for the many evasions and closures of cooperatives, as well as the dissatisfaction of the small producers who remain dependent on the palliative actions of the State.

Keywords: Land Reform; Market Model of Land Reform; Itiquira-MT, Family farm.

Introdução

O entendimento da reforma agrária no Brasil carece compreender as ações do Estado e seus governos na elaboração das políticas públicas e a manifestação do cumprimento das mesmas na produção espacial e social. Outro fator necessário é a apreensão da realidade social dos indivíduos em cada recorte espacial, sobretudo do interior do país que vêm sendo incorporado por ações cada vez mais incisivo do capital.

Dessa forma, se apresenta neste artigo um recorte da dissertação de mestrado acerca da bacia dos ritmos na produção do espaço agrário na bacia do rio Itiquira/MT, com enfoque a formação dos assentamentos rurais do município homônimo. Onde após três décadas de ocupação da área e formação dos latifúndios voltados a produção de mercado o Estado veio ao encontro da pequena produção, porém os resultados não se apresentam positivos e muitas são as implicações na organização da produção camponesa.

* Licenciada em Geografia. Mestre em Geografia. Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: hemilysued02@gmail.com.

Do batismo do latifúndio no Brasil ao controle e posse da terra no Mato Grosso

Com o fim da escravidão ocorre o “Batismo do Latifúndio”, por lei os ex-escravos não poderiam ter acesso à terra, ascendendo no país latifundiários ricos, brancos e partidários que dentro desse processo enclausura os avanços de transformação social do Brasil. Assim adentrarmos a um país com uma estrutura social como expõe Stédile (2011), de leis madrinhas de latifúndios e mãe das favelas.

Rompe-se o sistema produtivo de plantation e os negros têm seu direito a terra negado, logo saem a procura novas formas de sobrevivência, semelhante ao que ocorrem aos indígenas ainda na colonização, porém este último ainda possuía uma identidade com a estrutura natural de outras porções do território, enquanto o primeiro era um estrangeiro, agora “livre” em um país de classes dominantes branca e controladora do poder do Estado:

A saída encontrada pelas elites para substituir a mão de obra escrava foi realizar uma intensa propaganda na Europa, em especial na Itália, na Alemanha e na Espanha, para atrair os camponeses pobres e excluídos pelo avanço do capitalismo industrial no final do século 19 na Europa. E, assim, com a promessa do “eldorado”. Com terra fértil e barata, a coroa atraiu para o Brasil, no período de 1875 – 1914 mais de 1,6 milhão de camponeses pobres da Europa. (STÉDILE, 2011, p. 25)

O número de migrantes correspondia justamente ao número de escravos

contemplados com a Lei Áurea. Esses foram se distribuindo pelo país, em sua maioria para o Sul do país, onde puderam pagar por suas terras, os demais tornaram-se mão de obra nas atividades que contemplavam os mercados internacionais, enquanto os negros livres vão se redirecionando nas ruínas e destroços do novo modelo.

Os trabalhadores migrantes passam a participar da produção do campo, com direito a parte daquilo que cultivava, ao que Stédile (2007), aponta como a primeira vertente do campesinato no Brasil. Combinado a esse campesinato, surge uma segunda vertente, pela primeira vez de um grupo legitimamente com identidade brasileira e engajada na produção interna e de subsistência sendo formado por mestiços que na procura por seu espaço de sobrevivência desbrava áreas do interior do Brasil.

A produção do espaço agrário brasileiro deixa evidente a demonstração de Oliveira (2007), sobre a coexistência de diversos grupos no campo movidos pelas exigências do capitalista, apontando como um processo combinado e contraditório. O camponês brasileiro é obrigado a adentrar aos moldes da agricultura moderna, o Estado age em persuadi-lo a quebrar com os ritmos naturais dos demais espaços do território brasileiro.

E dentro dessa dinâmica, vai se traçando diferenças regionais, porém num avanço da atividade capitalista, tendo como contraditório as múltiplas formas sociais e naturais. Coexistindo num mesmo espaço dezenas de acordos e relações econômicas e tecnológicas.

O desenvolver das múltiplas relações no campo brasileiro até a atual formação do espaço agrário brasileiro estão às influências dos latifúndios no campo político e na formulação de 'políticas públicas. Estando perceptível a constância do latifúndio e o Estado, que promovem cruelmente a expulsão de pequenos produtores, criminalizam os movimentos sociais do campo, numa eterna garantia da posse da terra pelo controle da máquina pública.

O uso da propriedade da terra enquanto meio de legitimação de poder político e garantias de privilégios que emolduram o Estado nacional se fizeram presentes em todas as instâncias da federação, dentre elas o estado do Mato Grosso, que instituiu as denominadas familiocracias, como expõe Moreno (2007), pesquisadora dessas questões de expansão territorial do estado, que em sua obra aponta "as elites agrárias mato-grossenses" como facções políticas.

A organização do estado pelos proprietários de terra, passa a ter uma configuração expressiva a partir do império, e a posse da terra garantida pela violência "recurso utilizado para a afirmação das oligarquias, que contaram também com

o braço armado dos coronéis, e com uma política fundada no sistema de compromissos, própria do federalismo brasileiro” Moreno (2007, p. 44), criando ao que autora coloca como banditismo.

Porém, essas ações violentas possuíam mais de um objetivo, já que até mais da metade do século XX o Mato Grosso se mostrava como um território extenso, sendo que sua divisão veio ocorrer apenas no período de Ditadura Militar. Assim dada a grande extensão, as disputas pelo espaço se deu pelos grupos do Sul com os grupos do Norte.

Os coronéis mantinham por meios de ações paternalistas ou coercitivas influência sobre as demais instancias da comunidade do estado, garantindo a permanência dos grupos do sul e norte do estado no poder político, por meio dos votos de cabresto. Assim a força política era mantida por meios de deputados, senadores, delegados, que conseqüentemente mantinham relações como governo federal.

Após a consolidação do poder republicano Moreno (2007, p.49) expõe o modelo político do Mato Grosso sustentado num sistema de compromisso entre o governo federal com o estadual assim os governadores deveriam garantir que suas bancadas (deputados e senadores) apoiassem os mandatos do Executivo federal, sendo reconhecidos pela Câmara Federal apoiaria as forças políticas e os interesses dominantes nos estados, utilizando, inclusive, da máquina administrativa.

Isso leva ressaltar o caráter das políticas públicas voltadas para o estado, onde de acordo Pereira (1997, p. 77) se deram por “critérios e normas desconhecidas pela maioria da sociedade, direcionados para atender interesses imediatos e modificados ao sabor das conveniências dos grupos influentes por elas beneficiadas”, o que justifica as crescentes políticas públicas e investimento nos setores agrícolas e industriais, descritos por Silva (2008) que foram implantadas posteriormente no Mato Grosso, resultantes dessas relações políticas históricas.

Em termos gerais, no Mato Grosso a posse da terra sempre esteve como o poder de barganha dos oligarcas, e mesmo com o “fim dos coronéis” ainda consistiu de base para a manutenção de controle político. Já que os oligarcas, através do clientelismo, advindos da mediação promovidos pelos mesmos com sociedade civil, permaneceram na dominação e controle de cargos políticos e votos.

Realidade em contexto: histórico de formação dos assentamentos em Itiquira/MT

O município de Itiquira situa-se na região sudeste do estado de Mato Grosso, com uma população entre 11.478 habitantes, onde os trabalhadores possuem ren-

da mensal de 2,7 salários com economia baseada na agropecuária. As primeiras ocupações de terras no município iniciaram em 1997 tendo êxito, pois foram as primeiras famílias assentadas pelo Incra na área, popularmente conhecidos na área por Assentamento Santa Ana.

A outra ocupação se deu em meados de 1999 numa área de fazenda no trecho da MT 070, nas mediações do denominado Pé de Galinha, porém não atingiu o objetivo dado o proprietário alegar possuir documentações legais e falta de interesse em negociar a ocupação, levando a expulsão dessas famílias da área.

Após esses incidentes de ocupação e organização de grupos com interesse em possuir uma parcela da terra para o desenvolvimento econômico e de subsistência é que se tem as primeiras formações de associações e assentamentos com intuito de promover uma reestruturação da organização do espaço agrário da bacia do rio Itiquira. De modo que, ao finalizar dos anos de 1990 e a entrada dos anos 2000 se terá o estabelecimento do conjunto de produção familiar no interior da área, em pequenas expressões de uma “reforma agrária”, que será delimitada por diante.

A década de 2000 desponta na perspectiva agrária da área em estudo, como a década de consolidação e formação das primeiras estruturas de implantação de uma agricultura familiar. Apontando para o que Bergamasco (1996) demonstra ser uma medida estratégica de propor reforma agrária e de reestruturação fundiária da propriedade no Brasil.

Cabe considerar que embora vise atenuar as disparidades fundiárias e os conflitos derivantes dessa estrutura, o estabelecimento de assentamentos não consiste numa política de atendimento à população rural, o que gera muitas problemáticas, como pode ser percebido na própria constituição das associações instauradas no município de Itiquira.

As associações visando o assentamento de famílias na atividade rural foi adquirindo espaço, sobretudo pelas políticas voltadas a esse setor, vindo a ter maior representatividade entre os agricultores da bacia do rio Itiquira o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Ambos iniciados na década de 1990, porém atingindo maior representatividade na área em foco, nos anos 2000, sendo políticas de financiamento e de complementação as propostas de reforma agrária no Brasil.

A formação de cinco dos seis assentamentos inseridos na área municipal de Itiquira teve investimento do Crédito Rural com suas bases pensadas ainda nas políticas voltadas ao campo dos órgãos internacionais ligados ao desenvolvimento social, porém implantado sobre essa denominação em 2003.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, também tem forte representação na renda dos agricultores que destina frutas legumes e verduras e leite sobre fiscalização da Secretaria de Agricultura de Itiquira, para as escolas do município de Itiquira e para Rondonópolis, porém não se manifesta de forma ampla entre os associados, é concentrado entre os grupos familiares, não sendo todos contemplados por essa política.

Junto ao Crédito Rural têm-se outros programas agregados dentre eles: Luz para Todos, Água para Todos, Pronatec, Bolsa Família, Pronaf, Paa, PNHR entre outros. Destes o Pronaf e o Pnae são os mais presentes no cenário agrário em questão, o primeiro responde pela maior parte das infraestruturas encontradas nas áreas das famílias assentadas, especialmente das associações que tem sua base produtiva em laticínios, como se torna possível apreender no histórico de sustentação dessas associações, assentamentos e cooperativas.

Assentamento Santa Ana

A Associação dos pequenos produtores rurais vitória da União conhecido no município de Itiquira como Assentamento Santa Ana, esta associação é a única assentada por mediação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), embora a ocupação da área tenha se dado em meados de 1997 e reconhecido em agosto de 1998, data de sua fundação, os mesmos só vieram a se consolidar enquanto produtores no ano de 2000 quando receberam o primeiro investimento do governo federal e verba para a construção de suas moradias.

De acordo o presidente da associação a ocupação da área do atual assentamento se deu por meio de propostas de um fazendeiro com a terra hipotecada pelo Banco do Brasil, este com problemas financeiros recorreu por meio de sua procuradora promover a organização de um grupo de famílias com interesse em produzir na terra. Conseguindo 80 famílias interessadas em ocupar a área de sua fazenda o que permitiu organizar e formar a Associação dos Pequenos Produtores Rurais Vitória da União que passaram requerer junto ao INCRA direito a terra ocupada, obtendo êxito um ano e meio após a ocupação.

Na negociação o INCRA partilhou a área da fazenda em 70 hectares para cada família, os incentivos para a produção e construção de moradias só foram liberados três anos após a consolidação do assentamento, o que levou a evasão de muitas famílias. De forma que da fase inicial permaneceram desde a ocupação da área até os dias atuais apenas 13 famílias, pois além do processo lento de concessão de créditos para subsidiar as atividades, outro fator contribuiu na evasão das famílias como a ausência de orientação e vocação do produtor com a terra.

Mas apesar dos impasses, este assentamento consiste num dos mais bem-sucedidos da área, pois desde a ocupação as famílias tinham determinado a pecuária como fonte de renda, de modo que a produção de leite consiste na renda central dos assentados. Embora tenha a pecuária leiteira como o pilar da geração de renda existe produtor que não participa da atividade optando por arrendar suas áreas de pastos ou desenvolver tarefas que não exija necessariamente um contato com a terra, como a produção de artesanatos ou atividades de costura.

Outros se dedicam a horticultura para comercialização nas feiras ou repasse para as cooperativas ou até mesmo para o atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do município de Itiquira e Rondonópolis, por meio do cultivo de folhosas e plantação de mandioca, realizando a venda na feira municipal como também promove a venda nas residências, onde conquista sua própria clientela.

A associação em seus vinte anos entre muitas dificuldades têm obtido êxito na sua produção, no entanto muitos impasses se apresentam a esses produtores que encontram no leite sua garantia de subsistência, já que os demais produtos por eles produzidos ainda não adquiriu uma distribuição fixa. Tendo sempre muitas oscilações, perdendo muita das vezes produtos como legumes, verduras, dada a fraca atuação das cooperativas.

Assentamento Tio Elias e Chico Bortolini

Fundada em dezembro de 2002 a Associação dos Pequenos Produtores Tio Elias e Chico Bortolini, conhecida no município de Itiquira por Assentamento Tio Elias, conta com dois grupos de associação, no entanto com a intenção de atuarem em conjunto. Situado nas terras da antiga fazenda Cachoeirinha, eram terras sem registros legais de posse, de modo que por meio de relações políticas o então proprietário conseguiu transferir essas terras para interesse do estado e receber um valor pela mesma.

De modo que o Instituto de Terras do Mato Grosso (INTERMAT) realizou a compra da terra repartindo a área entre trinta famílias onde cada uma ficava com uma área de 16 hectares, sendo seis para reserva legal. A atuação da política municipal teve grande contribuição na consolidação desta associação, pois foram por meio desses representantes que se instituíram as associações, que para tal era exigido que cada grupo atendesse alguns critérios como não ter cargos políticos, não ser funcionário público, com forte preferência para quem possuía experiência com a terra.

A demora na liberação de verbas levou a muitas desistências e abandono dos lotes se deram de forma abrupta, de modo que nos primeiros anos após a fundação os lotes já estavam tendo o terceiro proprietário. Sobretudo porque parte dos donos dos primeiros lotes aplicaram o dinheiro financiados pelo PRONAF em questões alheias a produção, como compra de casas, carros ou animais de produção inferior ao declarado na obtenção do crédito.

Um ponto que exerce forte influência nas dificuldades da associação está na própria constituição legal da área que foi estabelecida pelo denominado Aval Cruzado, onde um produtor fica de avalista do outro. Gerando um círculo de inadimplências e essas dificultam o recebimento de auxílios e veta a participação dos produtores em programas de assistência ao pequeno produtor, à dependência entre produtores acirra disputas e desestimula outros, quando o que não quita sua dívida abandona o lote.

Outra implicação no desenvolvimento econômico da associação está na própria localização do assentamento, distante das vias de escoamento o que leva muito dos comerciantes e cooperativas de outros municípios darem preferência para produtores que lhes reduzam os custos de transporte. De forma que a produção deste grupo de assentados com caráter de geração de renda é infirma, tendo uma maior expressão no fornecimento de legumes e verduras para o PNAE do município de Itiquira, e para a subsistência

As condições deste assentamento são de ausência de assistência, atualmente a prefeitura distribui sementes de hortaliças e faz a adubação da terra e cuida da estrada que dá acesso, porém é uma participação muito pequena na história do grupo, que dentre os 15 anos de instauração veio a ter essa assistência nos últimos 5 anos. O que leva a área a concentrar pouquíssimos residentes a maioria dos donos de lotes moram na cidade indo por períodos as suas propriedades, enquanto que os mais desprovidos de renda insistem na terra para produzir o básico para sua subsistência.

Atualmente, existem menos de cinco famílias da primeira composição da associação, pois muitos proprietários venderam terras para seus vizinhos, o que permitiu a incorporação de novas áreas e o aumento da propriedade de outros reduzindo a área anteriormente de 30 famílias, para a média de 17.

Assentamento Adriana

Popularmente conhecido como Assentamento Adriana a Associação dos pequenos produtores rurais grupo amigos, criada em 2004 e legalizada em 2007, assim como a anterior partiu da iniciativa do poder público municipal que buscava fortale-

cer a agricultura familiar, num período em que o governo federal prometia por meio de políticas de governo reformar o campo brasileiro. A área destinada ao assentamento dessas famílias era de um antigo produtor, sendo o processo de organização realizado por uma empresa privada com contrato com o governo.

Este assentamento apresenta grandes dificuldades em todo o município, pois a inserção das 12 famílias, com lotes de 12 hectares quatro são de reserva legal, dois para reserva coletiva e para o próprio produtor seis. O estabelecimento se deu por meio do Crédito Fundiário e assim como no caso da associação anterior era necessário atender aos critérios socioeconômicos do programa. Porém com a entrada dos mesmos nos lotes não ocorreu à liberação do Pronaf para que se iniciasse uma atividade produtiva, os assentados chegaram a receber um auxílio alimento pelo período de três meses que sucederam sua instalação após esse período foi encerrado qualquer outro auxílio.

A evasão dos primeiros produtores ocorreu ainda no período inicial de entrada das famílias na área, tendo em vista as dificuldades de infraestruturas que permitissem o acesso à localidade. Pois, não havia pontes sobre os córregos que dá acesso à região do assentamento, como também não havia luz, água entre outros recursos básicos que permitisse constituir qualquer forma de continuidade do projeto inicial da associação.

Em meio às tantas dificuldades e demora da efetivação dos programas de assistência aos pequenos produtores somados a ausência de infraestrutura, tornou o desenrolar produtivo da associação vagaroso, levando os produtores a desistir de seus lotes dada a ausência de retorno financeiro necessário à sua manutenção. De modo que, são poucas as famílias do início da associação que persistiram na área, a maioria dos lotes já tiveram mais de cinco donos, todos com inadimplência com os bancos financiadores.

Atualmente a localidade não possui produtores inseridos na perspectiva comercial, os moradores em sua maioria possuem uma renda proveniente de aposentadorias, outros são funcionários públicos ou prestadores de serviços, que usam os lotes como área de lazer, alguns plantam hortaliças e tem alguma criação para atender suas necessidades, quando tem algum excedente para comercializam na feira municipal, mas no geral a área não possui o caráter inicial do seu projeto de fundação.

Assentamento PAF/Coopsob

A Associação dos produtores rurais de Ouro Branco do Sul, conhecido no município de Itiquira como PAF, fundada em 2011, teve maior êxito que as demais, pois o

projeto de sua formação se deu diferente dos demais assentamentos aqui apresentados. Trata-se de um grupo de produtores, anteriormente funcionários da Michelin, que tiveram acesso à parte da terra usada por esta empresa entre os anos de 1979 a 2009.

De acordo o presidente da Associação, quando a Michelin encerrou suas atividades a mesma demonstrou interesse em desenvolver um “projeto social”, de modo que ofereceu parte da área ao Estado que por meio do Crédito Fundiário comprou 1.100 hectares divididos entre 110 famílias. O projeto distribuía 10 hectares de terra mais uma casa, da antiga vila da empresa e uma área coletiva, e todos os funcionários contemplados passaram por uma entrevista prévia com finalidade de estabelecer a vocação com o tipo de atividade.

A entrevista, realizada por uma comissão da própria Michelin buscava analisar a intuição do candidato e sua experiência com a terra, de maneira que só podia concorrer funcionários com mais de cinco anos de empresa, e que não estivessem em cargo administrativo, dando preferência aqueles que atuavam no campo com contato direto com cultura da seringa, como a sangria, extração do látex.

Atualmente cada produtor tem em sua área uma média de 5.000 seringueiras, como essa cultura não é utiliza muito maquinário foto 3 exige maior mão-de-obra o que eleva o trabalho com a participação familiar. Algumas vezes dependendo da demanda um produtor contrata o trabalho de outro, mas, em geral, cada produtor responde a sua área, sobretudo aos cooperados da COOPSOB – Cooperativa dos Seringueiros do Ouro Branco do Sul, que desde 2012 atuam em colaboração a fim de manter-se seguros frente aos atravessadores econômicos.

A associação se mostra próspera em seus seis anos de formação, pois, contam além da área de plantação de seringueiras e a cooperativa com 87 cooperados, um trabalho na área coletiva, onde cultivam espécies folhosas, melancia, como praticam a pisciculturas, e como prevenção das possíveis quedas produtivas da seringueira, os mesmos plantam nas áreas sombreadas espécies de bananas e limão e o restante da área em que não trabalham os mesmos arredam para produtores agrícolas do entorno, não houve espaço para a evasão de nenhum produtor já que possui o diferencial de ter uma população jovem com experiência no cultivo da seringueira e trabalho com a terra, e o mercado garantido.

A origem dos assentamentos na bacia do rio Itiquira segue como uma extensão do que já vinha ocorrendo no Brasil desde os anos 1980 após a modernização agrícola no campo brasileiro iniciada nos anos 60. Bergamasco (1996) destaca os trabalhadores assentados como uma categoria que surge das contradições introduzidas pelo capitalismo no campo que destruiu as formas de relações coletivas do camponês com o latifúndio, seja por parcerias, meações e colonatos.

Nesse contexto as primeiras manifestações efetivas de interesses de trabalhadores por acesso à terra ocorrem no município de Itiquira e se faz por acampamentos meio de oposição salientado em OLIVEIRA (1996, p.14) como “formas de lutas de quem já lutou ou de quem resolveu lutar pelo direito da terra livre e ao trabalho liberto”, no entanto as terras ocupadas não foram terras devolutas e sim propriedades de capitalistas em dificuldades financeiras.

A formação de assentamentos em toda a área tem como essência a compra de terras de capitalistas, e embora se tenha a frente da formação das associações, cooperativas e assentamentos inseridos na bacia do rio Itiquira um discurso baseado em ideais de reforma agrária, a mesma não vem a ocorrer, pois como torna evidente Filho (2009, p.248) “a reforma agrária deve proporcionar uma alteração na estrutura de propriedade da terra” o Estado tem que se incumbir da desapropriação como determina a Constituição Federal.

O que se observa na realidade em estudo é mais uma forma de estreitamento das instituições públicas responsáveis por instaurar a justiça social no campo com os capitalistas rurais. Ocorre que esses órgãos governamentais repetem suas ações negligentes, pois como expressa a pesquisa, os trabalhadores familiares assentados estão localizados em áreas de fazendas de proprietários locais que concentraram terra, mas que não tiravam renda.

De modo que os agricultores familiares, dentro dessa aparente abertura econômica, estão sendo desde as primeiras ocupações, degradados em suas intenções, aspirações e participação na economia local e regional, dado o estado de abandono que os mesmos foram e estão inseridos.

Pois, como salienta BERGAMASCO (1996, p. 10):

A conquista da terra não significa que seus ocupantes passem a dispor da necessária infraestrutura social (saúde, educação, transporte, moradia) e produtiva (terra férteis, assistência técnica, eletrificação, apoio, crédito comercial) que leva ao sucesso dos assentamentos, bem como de qualquer produtor rural.

Pois, no Brasil é responsável por assegurar tais condições de infraestrutura social e produtiva as instituições e organizações da sociedade garantindo a eficiência das políticas públicas de governo e de Estado, Fernandes (2015). Mas no contexto do pequeno produtor e agricultor familiar em Itiquira o que se tem são inadimplências, abandonos, troca contínua de donos de lotes e por vezes perda de produtos por falta de comércio.

Toda essa condição ineficiente da pequena produção compromete a qualidade das relações e fortalecimento das associações e cooperativas dos assentados e pequenos produtores da área dado ao que Oliveira; Santos (2015) afirma ser a

finalidade dessas duas modalidades de produção coletiva no Brasil, atender as demandas do Estado em função do desenvolvimento do capitalismo, e ressalta baseadas em Marx o caráter negativo dessa mediação:

A participação do Estado no fomento às cooperativas desestrutura ainda mais seus objetivos e as transforma em movimentos de caráter puramente mercadológico. Para Marx (2000), as cooperativas só têm valor enquanto forem criações autônomas dos trabalhadores e não forem protegidas nem pelos governos nem pelos burgueses. (OLIVEIRA; SANTOS, 2015, p. 129)

Reside nessa mediação às dificuldades que fragilizam a pequena produção na bacia, a negligência do Estado que não cumpre com os prazos, fomentos e incentivos deixando muitos a mercê por vários meses e quando estes tentam se organizar para fortalecer sua representatividade o mesmo Estado por meio de suas instituições termina por favorecer uns em detrimentos de outros.

Somado a esses fatores, tem-se também a própria questão fundiária que envolve esses pequenos produtores e assentados. Acerca dos tamanhos das propriedades dos assentamentos de agricultura familiar em Mato Grosso, Alves (2012) afirma que há pouca diferenciação no tamanho dos lotes, embora sejam pequenas áreas a diferenças são por vezes alarmantes como ocorre entre os produtores familiares da área.

Todas essas problemáticas e insatisfações são aplacadas por ações paliativas dos órgãos municipais dos quais os assentados são dependentes na tentativa de fazer valer seus projetos de vida como determina Fernandez; Ferreira (2004). Esses mesmos autores ao discorrer sobre a formação dos assentamentos no Mato Grosso evidenciam que a qualidade dos mesmos só poderá ser conquistada por lutas políticas, e essas na bacia do rio Itiquira vêm sendo contidas de governo em governo por políticas públicas de soluções rápidas e pontuais.

Assim os assentamentos rurais que poderia ter representado a democratização do espaço agrário no município, despontou como mais um favorecimento ao modelo hegemônico do capitalismo no campo, pois se fez dentro dos moldes da política fundiária do Estado que não valoriza de fato as relações sociais da agricultura camponesa:

a agricultura camponesa ou familiar não foi protagonista do modelo do agronegócio do qual são dependentes e marginais, de modo que alguns movimentos camponeses procuram criar outro modelo de desenvolvimento a partir de suas relações sociais: do trabalho familiar, associativo ou cooperativo, da pequena escala, do desenvolvimento local, na economia solidária etc. (FERNANDES, 2015, p. 20)

Além de elevar a questão da pequena produção e familiar a um campo de embates a própria distribuição aquisição das terras trouxe custos elevados, pois

como afirma Bergamasco (1996) quando se dá a compra de terras de particulares e não desapropriação, como ocorreu na bacia, para distribuição entre trabalhadores rurais se tem um maior gasto de dinheiro público.

A questão agrária que produz o espaço da área não se fez apenas por questões históricas de concentração de terras, mas também pelas políticas neoliberais que reforçam essa questão estrutural e que a mais de duas décadas forjam as políticas governamentais de distribuição de terras no Brasil.

A reforma agrária tem sido realizada predominantemente como uma política de subordinação e os resultados estão aquém das proposições dos movimentos. Isso não significa que ela não possa ser uma política emancipatória, mas, para ser, precisa dos elementos constituintes, como a participação das partes interessadas com autonomia e poder de decisão. (FERNANDES, 2015, p. 33)

A participação das partes nas decisões é ínfima e o caráter de subordinação dos assentados permanece, sobretudo pela criação de todos os assentamentos situados na área da bacia do rio Itiquira terem ocorrido posterior as medidas do Banco Mundial nas políticas públicas no campo brasileiro, implementadas nos primeiros anos de 1990 como aponta Filho (2009) na denominada MRAM (Modelo de Reforma Agrária de Mercado).

Considerações finais

É possível perceber as influências da MRAM na área em estudo pela forma de acesso à terra que com exceção do Assentamento Santa Ana, os demais tiveram a frente das compras, regularizações e partilhas empresas privadas e muitas delas os produtores não chegaram a conhecer.

Todas essas intervenções ocorreram num momento em que a reforma agrária assumia um caráter mercantil e era defendida por ruralistas como uma alternativa pacífica, e o acesso à terra pautava-se na lógica do mercado. Essas formas “pacíficas” de estabelecer assentamentos são políticas não nocivas ao mercado e ao mesmo tempo de subordinação camponesa aos grandes capitalistas e suas agroindústrias.

Referências bibliográficas

- ALVES, Janice. *(In)eficiência dos assentamentos rurais em Mato Grosso*. Cuiabá: Edufmat, 2012.
- BERGAMASCO, Sônia Maria. *O que são assentamentos rurais*. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- BRASIL. IBGE. *Cidades: Itiquira*. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/itiquira/panorama>. Acesso em: 20 jun. 2018.

FERNANDES, Bernado Maçano. Políticas públicas e questão agrária: base para o desenvolvimento territorial camponês. In: FILHO, E. S. R. et al. (Orgs.). *Estado, políticas e território*. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

FERNANDEZ, Antônio João Castrillon. FERREIRA, Eudson de Castro. Os impactos socioeconômicos dos assentamentos rurais em Mato Grosso. In: MEDEIROS, Leonildo Servollo de; LEITE, Sérgio (Orgs.). *Assentamentos rurais*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

FILHO, Eraldo da Silva Ramos. De pobre sem terra a pobre com terra e sem sossego. In: FERNANDES, Bernado Maçano; MEDEIROS, Leonilde Servollo; PAULILO, Maria Ignez. *Lutas Camponesas Contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONOMICOS. Bancada Ruralista: o maior grupo de interesse no congresso nacional. *INESC*, Brasília, ano VII, n. 12, out, 2007.

MORENO, Gislaene. *Terra e poder em Mato Grosso: política e mecanismos de burla*. Cuiabá. Entrelinhas: Edufmat, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A Geografia das lutas no campo*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 1996.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária*. São Paulo: Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA, Renata Sibéria de; SANTOS, Josefa de Lisboa. Organização dos pequenos produtores: o cooperativismo/associativismo no polo irrigado Petrolina/Juazeiro. In: FILHO. E.S.R. et al, (Org). *Estado, políticas e território*. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

PEREIRA, João Márcio Mendes. Neoliberalismo e lutas camponesas no Brasil: contestações e resistência a reforma agrária de mercado do Banco Mundial durante o governo FHC. In: FERNADES, B. M.; MEDEIROS, L. S.; PAULINO, M. I. *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

PEREIRA, José Matias. O processo de ocupação e desenvolvimento da Amazônia: a implementação de políticas públicas e seus efeitos sobre o meio ambiente. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, ano 34, n. 134, abr./jun.1997.

SILVA, Carlos Alberto Franco da. Corporação e agronegócio da soja na Amazônia. *Revista ACTA Geográfica*, Boa Vista, v. 2, n. 3, p. 29-40, jan./jun. 2008.

STÉDILE, João Pedro. *A questão agrária no Brasil: o debate tradicional - 1500-1960*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.